

Intervenção do Presidente do Conselho Europeu, José M. Aznar
na reunião inaugural da Convenção sobre o Futuro da Europa
Bruxelas, 28/02/2002

Senhor Presidente do Parlamento

Senhor Presidente da Comissão

Senhor Presidente da Convenção,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Hoje a Convenção inicia a sua tarefa, pondo em prática o acordo do Conselho Europeu de Laeken de preparar, segundo critérios de abrangência e transparência, a próxima Conferência Intergovernamental. Hoje, de acordo com as previsões da Declaração de Laeken, inauguramos solenemente a Convenção, a que preside Valéry Giscard d'Estaing, dado o enorme prestígio de uma experiente carreira política como é a sua.

Todos poderão imaginar que este acto suscita em quem lhes fala uma satisfação particular, e o mesmo se passa com a Presidência Espanhola. Ficamos à disposição do Presidente Giscard d'Estaing, dos Vice-presidentes Amato e Dehaene e de todos os membros da Convenção, para tudo o que caiba fazer a fim de que o seu mandato seja levado a bom porto, e conforme o calendário previsto.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Nice é a razão por que estamos hoje aqui. Em Nice chegou-se a um laborioso acordo compartilhado sobre as reformas institucionais imprescindíveis que deverão acompanhar o alargamento, e que preparam a União do futuro. O Tratado de Nice respondia a uma poderosa realidade política, como é a reunificação do continente, e a sua aprovação foi possível graças ao hábil trabalho da Presidência Francesa. Acto contínuo, os Chefes de Estado e de Governo convocaram a convenção que agora começa, cientes de que a nova etapa pede novas formas de funcionamento e deliberação para continuarmos a fazer "mais Europa", como diz o lema da Presidência espanhola deste semestre.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A unidade europeia até hoje conseguida é a vitória de uma experiência histórica. Sem dúvida, hoje a nossa União assenta nas políticas comuns e nos sólidos alicerces de um mercado e uma moeda únicos. Por isso, não comungo das opiniões dos que entrevêm uma crise existencial no

processo de integração.

Essa suposta crise coincide, pelo contrário, com uma fase especialmente dinâmica do processo unitário, como o testemunham a rapidez da entrada em circulação do euro, os rápidos avanços registados no novo Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, o início efectivo de uma política comum de defesa e a dinâmica do processo de modernização e reforma económica e social. De igual modo, esta Convenção desfruta também desse dinamismo, assim como todo o processo para o alargamento e reunificação da Europa.

Acontece, no entanto, que a situação mundial obriga a que a União tenha de acelerar o passo. Um ilustre pensador europeu, o espanhol Ortega y Gasset, pedia a unidade dos Estados europeus para fazer frente ao nacionalismo e ao risco de declínio nesta região do mundo chamada "Europa". Neste sentido, a vontade europeia do presente deve sentir a urgência de redefinir o seu papel num mundo profundamente transformado ao virar do século.

Contudo, devemos saber que são os êxitos que obtivemos que nos permitem agora visar metas mais ambiciosas. Creio que só será possível alcançar os novos objectivos, se, como primeiro guia das nossas acções, prosseguirmos a consolidação do projecto europeu.

Este processo não é, como poderá parecer, tarefa fácil, nem tão pouco decorre de uma intenção conservadora ou, se se preferir, conformista. Implica desenvolver e aperfeiçoar duas ideias básicas do processo de integração.

A primeira. é que o nosso futuro depende do equilíbrio entre a unidade cultural profunda da Europa e a sua evidente diversidade histórica. O amanhã político europeu há-de ser o de uma constitucionalização pluralista, respeitadora dos múltiplos ordenamentos dos seus Estados-Membros.

É o desenvolvimento de um Direito, o direito comunitário, que a Declaração. de Lacken descreve como o caminho no sentido de uma Constituição para os cidadãos europeus.

O segundo princípio da integração europeia é a progressiva assunção, por parte da União, de políticas que até agora eram da exclusiva competência estatal.

Conjugar uma melhor repartição e definição das competências na União Europeia não é, certamente, uma tarefa fácil, visto que temos de ser capazes de oferecer fórmulas e soluções que impliquem uma melhoria real da vida quotidiana de todos os europeus.

Não tenho dúvidas de que há que clarificar e delimitar melhor as competências se queremos definir o que queremos fazer juntos, de modo a que o cidadão perceba com maior facilidade quem faz o quê na União e possa, dessa forma, exigir responsabilidades.

Mas este exercício não deverá provocar um retrocesso do projecto europeu já realizado e consolidado.

Temos de continuar a fazer juntos o que até agora temos feito juntos e que, aliás, deu origem a um nível de vida insuspeitado, com benefício para toda a Europa.

A entrada em circulação do euro deve ser, por sua vez, entendida como um ponto de partida e não um ponto de chegada. Esta aposta transcendental, que recentemente consumámos, tem de dirigir o nosso trabalho para as áreas em que os cidadãos – e a situação internacional – aguardam uma acção mais intensa da União: o aperfeiçoamento do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça; a modernização do modelo social europeu para conseguir o pleno emprego e o desenvolvimento de uma verdadeira política externa e de defesa comum.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A integração europeia não é um fim em si mesma, mas sim um meio ao serviço dos valores mais positivos da cultura europeia: direitos fundamentais para todos, sem discriminações, democracias pluralistas, prosperidade partilhada e concorrência económica.

O grande objectivo que deve inspirar os trabalhos desta Convenção é o de projectar uma Europa sustentável e eficaz. Uma Europa em que todos os cidadãos possam desfrutar, em igualdade de condições, dos benefícios do mercado interno, da moeda única e do modelo social europeu.

Apesar dos grandes avanços conseguidos, há ainda muito caminho a percorrer. Só um programa de projectos e realizações concretas será capaz de suscitar a identificação dos cidadãos com a construção de uma União política. Se a Europa tem futuro, e estou plenamente convencido de que o tem, deve ser algo em o que os europeus verdadeiramente acreditem, que apoiem e que avaliem positivamente.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Desejo transmitir-lhes a grande confiança depositada nesta Convenção e no seu Presidente pelo Conselho Europeu, e por mim pessoalmente. São inúmeras as personalidades de relevância e prestígio, que participarão nos seus trabalhos.

Confio plenamente em que a Convenção e o seu Presidente saberão responder às expectativas dos europeus, centrando-se nas questões que verdadeiramente preocupam os nossos cidadãos.

O êxito desta Convenção dependerá da sua capacidade para se mostrar receptiva às inquietações e expectativas que a sociedade manifeste, nomeadamente, através dos diversos debates nacionais e do fórum cívico europeu, cujos contributos serão integrados nos debates da Convenção.

Para que os trabalhos da Convenção se desenvolvam ordenada e eficazmente, é fundamental, por um lado, preservar uma relação de sinergia com o Conselho Europeu, já que cabe a esta Instituição adoptar as decisões definitivas sobre a reforma dos Tratados, e é sumamente importante, por outro, que se respeite o prazo previsto de duração dos trabalhos da Convenção.

Só dessa forma a Conferência Intergovernamental poderá chegar a acordo sobre um novo Tratado a breve trecho, como seria, sem dúvida, desejável. O desafio que esta Convenção tem pela frente vai além da tarefa, exigente e difícil, de preparar as reformas. Trata-se, além disso, de confirmar a validade de um procedimento já utilizado para elaborar a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais.

A consolidação do modelo representará um passo de enorme transcendência na necessária evolução do sistema estabelecido para a tomada de decisões e seria um motivo mais para que a Convenção tivesse o merecido reconhecimento, na medida em que consiga formular propostas idóneas para consolidar o projecto europeu, para aprofundar a integração e para avançar no processo de constitucionalização da União Europeia.

Quero terminar felicitando todos os membros da Convenção pela honra subjacente à alta responsabilidade que assumiram, e manifestando-lhes o meu desejo de que o seu esforço seja coroado de êxito.
